

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Aproximações entre o conceito de Consciência Histórica e a Teoria das Representações Sociais.

Marcos Roberto Kusnick

Resumo: Este artigo apresenta uma aproximação possível entre a Teoria da Consciência Histórica a alguns elementos da Teoria das Representações Sociais. O objetivo é destacar a função heurística dessa abordagem, suas contribuições para o desenho da pesquisa empírica e seu papel no campo da Didática da História.

Palavras-chave: Ensino de História, Consciência Histórica, Representações Sociais.

Abstract: This article shows a possible approximation between the Historical Consciousness Theory and some elements from the Social Representations Theory. The goal is to emphasize the heuristic function of this approach, its contributions do the design of empirical research and its role on the field of the History Didactics.

Keywords: History Teaching, Historical Consciousness, Social Representations

Teoria da Consciência Histórica: uma apresentação sumária.

O termo de “consciência histórica”, se tomado a partir de uma perspectiva muito ampla apresenta problemas de conceituação similares aos que ocorrem quando falamos, por exemplo, em “ideologia”, para o qual existem dezenas de acepções: antes de Marx, em Marx, para Lênin, para a Escola de Frankfurt, para Gramsci, etc. Em um primeiro instante ele parece invocar algo como que a compreensão de certa conjuntura inserida em um movimento histórico. Ter “consciência histórica” seria, nesse sentido, compreender a historicidade dos processos sociais; uma dentre outras possíveis interpretações do conceito.

Porém, *conforme figura em nosso estudo*, esta assume o aspecto de uma Teoria da Consciência História, ou seja, a sistematização de uma série de categorias, que se volta para o

entendimento de *como as pessoas adquirem e interpretam a experiência história*. Este quadro conceitual está baseado predominantemente no nosso diálogo com as formulações de Jörn Rüsen (2007, 2001a, 2001b, 1992) desenvolvidas na medida em que a pesquisa definia seu quadro conceitual para construção do objeto de pesquisa.

Como processo mental, as principais funções da Consciência Histórica são a *orientação para a ação e criação de identidade*. A orientação para o agir no mundo é disparada pelas lembranças interpretadas do passado com base nas expectativas sobre o futuro. Tal ação pode ir da quietude (refúgio) até o ativismo (revolta). A criação de identidade se dá pela inscrição do indivíduo ou de um grupo em um campo de temporalidade, um sentimento de pertencimento que insere em um tempo social e cultural que vai além do segmento da duração biológica da vida humana. Um cristão, por exemplo, teria sua perspectiva temporal dilatada, segundo a teologia cristã, desde a criação do mundo até o tempo escatológico.

A consciência histórica encontra sua manifestação na *narrativa*, em que passado, presente e futuro e os elementos objetivos e subjetivos criam uma “lógica” em forma de história, ou seja, uma estrutura coerente de relações temporais. A consciência histórica sempre se expressa em relações estruturadas do passado, onde reflete desejos, anseios, autoavaliação e desejos de mudança.

A “narrativa” não implica apenas em quaisquer falas, mas às que se referem ao passado e que não são (ou não pretendem ser) fictícias. Essas podem ser objeto de estudo da lingüística ou da retórica, mas a narrativa envolve também outras linguagens, como símbolos e monumentos. Ela está presente do discurso cotidiano até as falas mais sofisticadas. Ainda como “narrativas” também podemos incluir as chamadas “histórias ultra-curtas” que são palavras chaves, símbolos que invocam toda uma memória histórica. São marcas de referência sempre prontas e incorporadas no cotidiano. A simples visão de uma suástica, por exemplo, já invoca todo um contexto do nazismo, da 2ª Guerra, etc.

Outra característica da consciência histórica é promover o *sensu integrativo entre as três dimensões do tempo*. É a constante busca de equilíbrio entre “o que foi” e “o que ainda não é”. A tensão entre as três dimensões temporais é a energia para a consciência histórica.

A Teoria da Consciência História, para permitir um acesso epistêmico ao fenômeno, propõe uma classificação em quatro *tipos geradores de consciência histórica* o que se configura como uma hipótese ontogenética de geração de sentido histórico.

- O modo *tradicional*, em que o tempo é visto como uma totalidade das formas de vida do passado que se estendem e se eternizam.
- O modo *exemplar*, em que experiências particulares interpretadas levam à regras mais gerais para a percepção da temporalidade e da conduta humana.
- O modo *crítico*, que interpõe pontos de vista através da negação de situações consolidadas.
- O modo genético, onde os diferentes pontos de vista se articulam em uma percepção dinâmica da mudança temporal.

Ainda que não se apresente de forma “pura” no pensamento histórico de indivíduos e grupos, é um construto de “tipos ideais” cujo *viés* pode ser identificado pela predominância *de seus elementos implicados* nas práticas discursivas dos sujeitos.

A Teoria da Consciência histórica apresenta um quadro operacional de como se dá a construção do pensamento histórico. Através da sua perspectiva, mais um sentido pode ser atribuídos ao que chamamos de “história” além daqueles que já lhe são característicos devido à polissemia do termo. “História”, assim, não trata apenas do passado interpretado, mas sim é o reflexo das operações básicas da Consciência Histórica, caracterizando-se por uma ligação imanente passado, presente e futuro.

Consciência Histórica não é, assim, um elemento que uma pessoa ou um grupo possa ter ou não: *todos possuem Consciência Histórica*, independentemente de como esta está configurada. As implicações dessa conceituação para a prática do Ensino de História são profundas, principalmente levando em conta, como ponto de partida, as necessidades e carências de orientação dos destinatários da produção histórica.

Contribuições do campo das Representações Sociais.

Embora epistemologicamente distintas, a Teoria da Consciência Histórica e a Teoria das Representações Sociais fundam-se nos mesmos pressupostos ontológicos, ou seja, que o conhecimento se constrói e que a configuração de um campo doxológico ou gnosiológico, apropriado de forma implícita, liga e arbitra os sujeitos com os objetos por eles representados sem negar as contingências do mundo manifesto.

Tendo a Teoria das Representações Sociais uma tradição de pesquisa já consolidada no Brasil em muitas áreas das ciências humanas, embora não muito expressiva na

historiografia, vamos nos limitar a apresentar alguns elementos de convergência que concorrem para esse campo em construção que é a Didática da História.

A aproximação desses campos conceituais não se deu, no nosso caso, simplesmente para engrossar o caldo teórico ou para tentar desfazer o mal estar de se defrontar com duas abordagens que poderiam oferecer interpretações para o mesmo fenômeno. Isso, de resto, é normal em qualquer ciência já que a realidade não fala apenas uma língua. A necessidade surgiu a partir das lacunas conceituais que incidem principalmente na investigação empírica das manifestações da Consciência Histórica. É um processo de *colisão teórica* (BONNET, 2001) . Destacados a seguir alguns elementos presentes na literatura sobre o tema (SÁ 1996, 1998; CARDOSO, 2000; GUARESCHI, 2000) que nos interessam particularmente, muitos dos quais pertencem aos fundamentos da Teoria das Representações Sociais conforme formulada originalmente por Serge Moscovici.

A teoria em questão postula que as representações sociais atuam de forma a tornar algo familiar, compreensivo, ou seja, é uma modalidade de saber, forjada na vida cotidiana, que atua também pela comunicação (discurso, narrativa) e que tem a finalidade prática de orientar os comportamentos em situações sociais concretas; são fontes conceituais que servem de referências aos indivíduos formando verdadeiras “teorias do senso comum”.

Podemos encontrar referências na Filosofia da Ciência e na Teoria do Conhecimento (ALVES 1996; ARAÚJO, 1998; CHALMERS, 1993) à perspectiva de que quer a ciência, quer o chamado o senso comum, procuram arranjar a realidade de forma que ela se torne cognoscível. Nisso elas buscam uma ordem, algo que faça sentido, sem o que a ação se torna impossível. As representações sociais, ao familiarizarem um objeto representado, trazendo-o para o campo conceitual onde as trocas simbólicas são possíveis, ou a Consciência Histórica ao atribuir sentido e elaborar suas estratégias buscam também uma “lógica” do ser-agir.

As principais estratégias das Representações Sociais são as seguintes:

- Ancoragem: a integração cognitiva do objeto representado e nas transformações implicadas em tal processo, ou seja, a incorporação de novos elementos em uma rede de categorias mais familiares (JODELET, 1994 e DOISE, 1990 apud SÁ, 1996).
- Objetivação: é uma operação imaginante e estruturante pela qual se dá uma forma ou figura específica ao conhecimento acerca do objeto tornando

concreta, quase tangível o conceito abstrato, como que “materializando a palavra” (JODELET, 1994 apud SÁ, 1996).

Refletindo acerca das possibilidades heurísticas das Representações Sociais, na forma como sua análise *da transformação do não familiar em familiar* pode ser aplicada os elementos da Consciência Histórica (criação das “histórias ultra-curtas”, estruturação da narrativa, simbolização de elementos a partir da percepção de um novo campo temporal, etc.) e na interpretação da estruturação de suas categorias podemos vislumbramos uma série de possibilidades. Porém uma das contribuições mais significativas, para a Teoria da Consciência Histórica, ao analisar a predominância de determinado *tipo gerador* (tradicional, exemplar, crítico ou genético) e apontar para algumas soluções metodológicas é fornecida pela *Teoria do Núcleo Central das Representações Sociais*.

A Teoria das Representações Sociais pode ser considerada como uma “grande teoria”, ou talvez para melhor situa-la em relação a outros quadros conceituais, uma *metateoria*, psicossociológica que admite abordagens complementares compatíveis com a teoria geral. Tal é o caso da Teoria do Núcleo Central.

Proposta pela primeira e vez por Jean-Claude Abric em 1976, a Teoria do Núcleo central surgiu como uma hipótese a respeito da organização interna das representações sociais. Postula que os elementos de uma representação são *hierarquizados* e organizados em torno de um núcleo central que dá à representação seu significado. Este núcleo central, como matriz simbólica mais fortemente estruturada, é o elemento *mais estável* da representação, que apresenta certa *reatividade*, que não muda mesmo que uma informação recebida a contradiga.

Informações distintas são interpretadas em coerência com o núcleo, atuando como um subconjunto de representações, em que uma central agrupa e dá funcionalidade às representações periféricas. A desestruturação de uma representação central dá a todo o conjunto uma significação totalmente diferente.

Vertendo o conceito para sua aplicação na interpretação dos tipos geradores da Teoria da Consciência Histórica, estes podem ser considerados *como núcleos de sentidos mais estáveis* que organizam as representações periféricas, no caso da consciência histórica, os elementos de sua organização nas estratégias de aquisição e interpretação da experiência histórica. A tipologia pode ser assim classificada através dos vieses que adquirem à medida que se consolidam e da forma que agem na relação com as experiências temporais.

Sendo “subsistemas” cada matriz conceitual forte, no caso cada tipo gerador, agrupa e dar significado à experiência histórica, porém elas podem coexistir em uma relação

hierarquizada, não em estado puro, mas em interdependência formando uma “lógica” própria. Essa abordagem, aplicada a uma possibilidade de investigação empírica pode apontar, assim, a predominância de certo núcleo central de representações que, considerado como estruturado e estruturante no âmbito da consciência histórica, caracteriza um tipo gerador de consciência Histórica.

Desafios metodológicos da pesquisa empírica.

A proposição dos *tipos geradores de consciência histórica*, entendida como matriz geradora e organizadora de sentidos agindo como um núcleo central de aquisição e interpretação da experiência temporal possui um grande valor heurístico no entendimento de como e com que efeito as pessoas criam sua “lógica” histórica.

Conforme já foi mencionado, por se tratarem de tipos ideais, construtos lógicos elaborados para permitir acesso epistêmico ao fenômeno, não se pode ocorrer no erro de hipostasiar o conceito, já que não existem em estado puro. Não obstante, nossa hipótese de pesquisa considerou a possibilidade de que certo tipo gerador de consciência história seja predominante na relação de um sujeito com um objeto da representação. A criação de sentido histórico ocorre nesse deslocar entre os núcleos de sentido mais estáveis dos conceitos que encontram ressonância para que ingressem no quadro conceitual do sujeito.

Não poderíamos rotular, assim, um sujeito como “tradicional” ou “genético”, mas sim apontar, a partir dos indícios da pesquisa empírica, que em relação a determinado objeto os conceitos tendem a gravitar em torno de certo núcleo de sentido, ou seja, são significados por um dos tipos geradores de consciência histórica.

O estado atual da nossa pesquisa aponta para algumas possibilidades metodológicas. Se considerarmos que os elementos conceituais da Teoria da Consciência História, embora façam parte de uma estrutura conceitual, podem ser usados como categorias de análise, então teríamos de transformar essas categorias em itens de pesquisa. A articulação desses itens permitiria, seja pela criação de um dicionário analítico a ser usado na análise do discurso seja pela criação de um *survey*, demonstrar de que maneira alguns objetos são representados por determinados sujeitos e a predominância do viés dessa representação dentro da classificação dos tipos geradores.

Para fins de pesquisa delimitamos, a partir de um quadro sinóptico dos componentes da Teoria da Consciência Histórica, três campos de análise:

1. Estrutura Discursiva. Trata do suporte ou veículo da manifestação do fenômeno.
2. Aspectos Funcionais. São as estratégias de aquisição e uso da experiência histórica.
3. Tipologia. Aqui se enquadram os *tipos geradores* (tradicional, exemplar, crítico e genético) não considerados *a priori*, mas como estruturados e estruturantes.

Os dois primeiros campos são os que efetivamente, como categorias de análise, se desdobram em itens, seja para a análise do discurso, seja para elaboração de um survey. Sobre o último campo, o da tipologia, é que incide a maior contribuição da Teoria das Representações Sociais ao classificarem por afinidade o conteúdo inferido da análise.

Exemplos de como os campos da Estrutura Discursiva e dos Aspectos Funcionais podem gerar subconjuntos de análise pode ser vista a seguir, pensados para aplicação a pequenas produções de texto por parte de alunos do Ensino Médio:

Estrutura Discursiva:

1. Quanto à coerência da construção da narrativa.
2. Coerência das unidades de sentido (expressão dos núcleos de idéias).
3. Percepção de relações temporais.
4. Uso de *ultra-short histories* (“palavras chave” ou imagens invocativas).

Aspectos Funcionais:

1. Relação entre rememoração, interpretação e projeção.
2. Viés da ação (passividade – ativismo).
3. Inserção em um campo de temporalidade social e cultural.
4. Vinculação individual e coletiva nas estratégias de ação (junção – disjunção)

As práticas de análise, no caso dos textos, poderiam ser baseadas na criação de marcadores textuais previamente definidos para cada item de análise classificados de acordo com uma matriz de interpretação. Textos mais complexos do que “redações” ou produções simples de texto demandariam de um alargamento do número de categoria e do número de entradas no dicionário analítico. No caso do *survey* o desafio é transformar os conceitos em itens. Apesar de perspectiva de trabalho com a “resposta fechada”, muitos itens podem ser

expandidos e detalhados criando uma rede da qual se possa inferir, através, por exemplo, da análise fatorial, o peso de cada conjunto de análise.

Análise a partir de uma categoria histórica específica.

Um aspecto da Teoria da Consciência Histórica é sua proposição de que todos possuem consciência histórica, como mencionamos anteriormente, independentemente de como esta está configurada. Ao analisar como o pensamento histórico se estrutura e se torna operacional, não está colocada a questão que alguns chamariam de “falsa consciência”. No caso da consciência histórica, vista como relação coerente de relações temporais, elaborada segundo certa dinâmica e inserida em dado contexto social ela nunca é “falsa”; fornece identidade e orienta para a ação. Porém, ao compreendermos os processos de formação do pensamento histórico podemos desvelar os elementos que pressionam seu condicionamento. Reside aí a inserção axiológica do pesquisador / educador.

A partir de um *topos* político, de concepção de educação, de sociedade, dos fins e dos meios da educação, podemos interpretar o peso do papel da ideologia e dos meios de comunicação de massa, como na análise proposta por Thompson (1995) , das correntes fatalistas de interpretação do desenvolvimento político da história (ANDERSON, 1992; FREIRE, 1996) e de crenças tão arraigadas em nossa sociedade, quanto a idéia de progresso (NISBET, 1995; LÖWITH, S.D.).

A Didática da História, ao considerar as carências de orientação, articula-se com um quadro conceitual e uma pesquisa empírica que possam redundar em um discurso orientador. A percepção desse campo teleoaxiológico é fundamental para que a História enquanto possa se articular com a produção histórica e fazer a tão sonhada ligação entre o conhecimento acadêmico e o saber pratico onde a história é a mestra da vida.

Referências Bibliográficas

ALVES, Rubem. **Filosofia da Ciência**. São Paulo: Ars Poética, 1996.

ANDERSON, Perry. **O fim da história: de Hegel a Fukuyama**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1992.

ARAÚJO, Inês Lacerda. **Introdução à Filosofia da Ciência**. Curitiba: Ed. da UFPR, 1998.

BONNET, Alastair. **How to argue:** a student's guide. Essex: Pearson Education Limited, 2001.

CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir. **Representações:** contribuição a um

CHALMERS, Alan. **O que é ciência, afinal?** São Paulo: Brasiliense, 1993.

debate transdisciplinar. Campinas (SP): Papirus, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GUARESCHI, A. Pedrinho. (Org.). **Os Construtores da Informação:** Meios de Comunicação,

Ideologia e Ética. Petrópolis: Vozes, 2000.

LÖWITH, Karl. **O sentido da história.** Lisboa: Edições 70, S.D.

NISBET, Robert A. **História da idéia de progresso.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.

RÜSEN, Jörn. Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão.

Práxis Educativa. Ponta Grossa, PR. v. 1, n. 2, p. 07 – 16, jul.-dez. 2006.

RÜSEN, Jörn. El desarrollo de la competencia narrativa em el aprendizaje histórico. Una hipótesis ontogenética relativa a la consciencia moral. **Propuesta Educativa.** Buenos Aires, n.7, p. 27-36, 1992.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica:** teoria da história: fundamentos da ciência da história. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

RÜSEN, Jörn. What Is Historical Consciousness? – A Theoretical Approach to Empirical Evidence. Paper presented at Canadian Historical Consciousness in a International Context: Theoretical Frameworks, University of British Columbia, Vancouver, BC. 2001b.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna:** teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.